

Socialismo democrático e de mercado: prolegômenos a uma renovação da esquerda

Democratic and market socialism: prolegomena to a renewal of the left

SÉRGIO RICARDO RODRIGUES CASTILHO

RESUMO

A crise da esquerda diz respeito, entre outras coisas, a sua incapacidade tanto de compreender historicamente a resiliência do capitalismo quanto de estabelecer um programa de ação que seja capaz de mobilizar amplas massas na resistência e construção de alternativas. O artigo pretende apresentar alguns marcos teóricos iniciais que possam servir para a construção de alternativas programáticas. Esses marcos programáticos estão relacionados às questões relativas ao tipo de corpo político (a democracia socialista) e às fundações econômicas e sociais (o socialismo de mercado) que pretendemos construir. Para tal, faremos uma revisão crítica sintética do legado marxiano e marxista. Em seguida, revisitaremos a questão da democracia, procurando reconstruir uma concepção que integre socialismo e democracia, dialogando não apenas com o marxismo, mas também com o liberalismo. Por último, trataremos da questão das fundações socioeconômicas da sociedade pós-capitalista, argumentando que uma concepção equivocada do que seja "mercado" acaba por solapar qualquer possibilidade real de superação do capitalismo. Nas conclusões trataremos da articulação entre as dimensões econômicas e políticas na luta pelo socialismo e apresentaremos algumas ideias para a reforma do Poder Legislativo.

Palavras-chave: Socialismo, Democracia, Mercado.

ABSTRACT

The crisis of the left concerns, among other things, its inability both to historically understand the resilience of capitalism and to establish a program of action that can mobilize broad masses in resistance and construction of alternatives. The article intends to present some initial theoretical landmarks that can serve for the construction of programmatic alternatives. These programmatic frameworks are related to questions related to the type of political body (socialist democracy) and to the economic and social foundations (market socialism) that we intend to build. To do so, we will make a synthetic critical review of the Marxian and Marxist legacy. Then we will revisit the issue of democracy, seeking to (re)build a conception that integrates socialism and democracy, dialoguing not only with Marxism, but also with liberalism. Finally, we will address the question of the socioeconomic foundations of post-capitalist society, arguing that a mistaken conception of what "market" is ends up undermining any real possibility of overcoming capitalism. In the conclusion section, we will deal with the rapport between the economic and political dimensions in the struggle for socialism and we will present some ideas for the reform of the Legislative Power

Key words: Socialism, Democracy, Market.

INTRODUÇÃO

A despeito da banalização da frase por parte dos marxistas ortodoxos, o espectro do comunismo não ronda a sociedade capitalista nesse início do século XXI. Após os “30 anos gloriosos” após o final da Segunda Guerra Mundial (que, sabemos, não foram tão gloriosos assim) vivemos um processo de crescimento das desigualdades econômicas (PIKETTY, 2014, p. 32; 393) e outras desigualdades, ao qual não corresponde, no entanto, um ascenso dos movimentos de oposição ao capitalismo. Desde o início da década de 1980 vivemos em um momento histórico no qual as alternativas ao capitalismo e ao socialismo, de uma maneira geral, encontram-se tolhidas, quando não em pleno recuo.

O recuo das alternativas ao capitalismo se exacerbou a partir da segunda década deste século XXI. Desde então é o espectro do fascismo que vem rondando diversas sociedades da Europa, Estados Unidos da América (EUA) e América Latina, como atesta o sucesso político e eleitoral de Donald Trump nos EUA, Victor Orban na Hungria, Giorgia Meloni na Itália (o partido desta, Fratelli d'Italia, reivindica abertamente a herança de Mussolini) e Jair Bolsonaro no Brasil (reivindicando explicitamente a herança da ditadura militar imposta em 1964) — para só citar alguns.

Um ponto inicial importante a deixar claro é que, não obstante estejamos escrevendo acerca da crise da esquerda em geral, não temos nenhuma pretensão universalista. Num mundo intensamente globalizado e ao mesmo tempo articulado a partir

de vínculos desenhados ao longo de histórias regionais, continentais, nacionais e subnacionais particulares, tal pretensão seria um grande erro. Escrevemos a partir do Brasil, e certamente nossas propostas estão fortemente influenciadas pela vivência histórica nesta localização geográfica. Mas não trataremos de questões táticas e conjunturais no plano nacional, concentrando-nos na apresentação de alguns marcos teóricos iniciais que possam servir para a construção de alternativas programáticas. Esses marcos programáticos estão relacionados às questões relativas ao tipo de corpo político (a democracia socialista) e às fundações econômicas e sociais (o socialismo de mercado) que pretendemos construir¹.

O percurso que seguiremos parte do fato histórico da resiliência do capitalismo para rever o diagnóstico de Marx e as deficiências do marxismo, dialogando com outras perspectivas e propondo uma perspectiva mais de acordo com os desafios contemporâneos. A utopia de uma sociedade futura melhor é, sem dúvida, um orientador importante para o horizonte das lutas políticas. Não podemos esquecer, no entanto, o fato candente do fim do socialismo real no final do século XX. Afinal, se o critério marxista para a verificação da verdade é sua realização histórica, há que se reconhecer que a aposta soviética fracassou, e com ela toda um caminho para se alcançar o socialismo. Isso criou uma série de dificuldades para as perspectivas utópicas e transformadoras de uma maneira geral. Um projeto de reconstrução da esquerda há que articular os horizontes da utopia transformadora com a viabilidade prática de sua execução.

Não se trata de uma questão trivial, em absoluto. Temos que levar em conta que o capitalismo histórico se transformou bastante desde o século XIX, apresentando também realidades diversas nas várias regiões do mundo, tema ao qual retornaremos. Os países com o capitalismo mais avançado do mundo são, regra geral, aqueles que conseguiram se manter na ponta do desenvolvimento tecnológico e nas fronteiras das forças produtivas bem como garantir uma regulação mínima. O projeto de desenvolvimento nesses países foi um processo histórico e social de médio a longo alcance, e nem sempre levado a cabo por forças e regimes democráticos. Ainda assim, as condições de vida em geral para os trabalhadores ali melhoraram razoavelmente, embora sempre se possa contra-argumentar que os trabalhadores diminuíram sua participação percentual tanto na população economicamente ativa quanto na população em geral.

¹ Para um balanço, desde uma perspectiva marxista, acerca da situação da esquerda em vários países e regiões do mundo, recomendamos a leitura de Therborn (2022). Para uma discussão crítica acerca da “esquerda identitária” e suas pautas particularistas ver Dreyfus (2022).

Para lidar com as crises periódicas do sistema, foi desenvolvida nesses países uma série de estruturas e processos que levaram a um crescimento progressivo da taxa de participação do Estado na riqueza nacional. A título de ilustração, nos dias de hoje o setor público representa, aproximadamente, 38% do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA, 40% do da Inglaterra, 45% do da Alemanha, 56% do da França e 60% do PIB da Noruega. Trata-se de um quadro muito distinto daquele da segunda metade do século XIX, e que há que ser enfrentado com estratégias distintas.

Depois de tratar brevemente de Marx e do marxismo, revisitaremos a questão do Estado e do corpo político que desejamos construir. A teoria marxista sobre o Estado se mostrou claramente insuficiente. De outro lado, a democracia construída ao longo dos séculos XIX e XX — construção levada a cabo contra os interesses das classes e grupos dominantes — mostra, nesse início de século XXI, sinais claros de esgotamento. Os fundamentos liberais dominantes da construção democrática estão claramente fossilizados e incapazes de renovação diante dos desafios atuais — se é que algum dia foram funcionais. É necessário apontar na direção de uma síntese entre socialismo e democracia não só no plano político, mas também no plano econômico. Essa é, evidentemente, uma construção que se fará historicamente, para a qual não temos todas as respostas. No plano político devemos apostar na multiplicação dos mecanismos de representação e nas formas de atuação direta. Uma reformulação das atuais e esclerosadas estruturas de representação legislativas e de funcionamento do Poder Judiciário será, evidentemente, necessária.

Por último, lidaremos com a questão das fundações socioeconômicas da sociedade pós-capitalista, argumentando que um entendimento equivocado do papel do “mercado”, principalmente por parte dos marxistas, acaba por solapar qualquer possibilidade real de superação do capitalismo. Iniciamos, então, um debate acerca das alternativas abertas pelo modelo de desenvolvimento econômico chinês. Lá se está construindo uma forma de socialismo de mercado que tem avançado tanto na estratégia de desenvolvimento quanto no enfrentamento da questão da desigualdade e que, portanto, deve ser trazida ao primeiro plano de nossas análises.

Nas conclusões retomamos o argumento geral a favor de um socialismo democrático e de mercado, tratando da articulação entre as dimensões políticas e econômicas e fazendo algumas rápidas observações acerca da reforma do parlamento.

1. A RESILIÊNCIA DO CAPITALISMO E A REVISÃO CRÍTICA DO LEGADO MARXIANO E MARXISTA

O capitalismo sobrevive, e desenvolveu ao extremo aquelas tendências antitéticas das quais Marx nos fez uma brilhante síntese na segunda metade do século XIX. As novidades deste início do século XXI estão tanto na escala efetivamente global da economia capitalista, cada vez mais conectada também a partir de uma infraestrutura de comunicações informatizada — Castells (1999) fez a análise já clássica daquilo que ele chamou de “modo de desenvolvimento capitalista informacional” —, quanto na diversidade de formas de manifestação do sistema.

Nos países do capitalismo avançado (Europa ocidental, EUA, Japão e Coreia do Sul), os trabalhadores garantiram, após muita luta, vários direitos políticos e sociais no interior daquilo que ficou conhecido, num evidente exagero conceitual, como o Estado de bem-estar social (*welfare state*). Os EUA são um caso singular por conta da escravidão até 1865 e da permanência de uma forte divisão racial, ao mesmo tempo que o Estado de bem-estar social lá é, para dizer o mínimo, subdesenvolvido. Já na América Latina, África e Sudeste Asiático o desenvolvimento foi distinto, com as elites e classes dominantes locais tornando-se os agentes da manutenção do pacto (neo)colonial, que lhes rende altos dividendos até hoje na associação com a fração nacional hegemônica da burguesia internacional (no século XIX a inglesa, no século XX e início do século XXI a norte-americana). Quem tem trazido crescentes desafios aos EUA é a China, que nas quatro últimas décadas trilhou um caminho bem-sucedido de reformas que lhe permitiu um desenvolvimento constante e sustentado socialmente, de forma a se tornar a segunda potência econômica do mundo, a caminho de se tornar a primeira.

1.1 MARX

O próprio Marx se mostrava indeciso diante dos caminhos abertos por suas pesquisas acerca do capitalismo: predominou uma perspectiva que postulava a chegada do socialismo como uma lei de ferro da história, a qual o proletariado (que ele identificava como o agente dessa transição) estaria condenado a cumprir; em alguns momentos, no entanto, a transição para a sociedade pós-capitalista aparecia como uma possibilidade, e as leis da história se tornavam mais flexíveis (FARR, 1984). Podemos argumentar — em um

alto nível de abstração e apenas como um exercício inicial — que muitas teses de Marx se mostraram pertinentes à análise do capitalismo e ao estabelecimento de um programa para sua superação, mas que muitas outras se mostraram inadequadas.

Assim é que a centralidade da propriedade dos meios de produção, a dominação e a coerção como vetores das relações sociais; a procura do lucro e a manutenção da propriedade privada em larga escala como núcleos do sistema; a mercantilização como forma de realização do lucro e de garantia, ao mesmo tempo, da alienação das relações sociais são instrumentos analíticos essenciais à compreensão do capitalismo e à sua superação ainda hoje. Já as teses acerca da polarização crescente entre o proletariado e a burguesia, da inevitabilidade da vitória do proletariado através de uma revolução e de uma crise final da economia capitalista (seja causada por uma queda tendencial da taxa de lucros, seja por uma crise de superprodução) devem ser superadas, assim como a deficiência na teoria do Estado.

A análise acerca da questão da propriedade em Marx é inovadora e abriu caminhos novos e inolvidáveis para todos aqueles que estudam o poder e lutam por justiça social. Ao longo da história, determinados grupos sociais — as classes dominantes, como ele nomeou — se apropriam dos recursos econômicos e sociais da sociedade mais ampla para garantir seus interesses particulares. À medida que as forças produtivas se desenvolvem, essas classes alcançam mais e mais poder sobre os recursos fundamentais, criando também mecanismos que estabelecem algum tipo de monopólio ou situação privilegiada para que continuem a ter esse acesso desigual (MARX, 1985).

O capitalismo moderno desenvolveu e tornou dominantes, a partir das relações mercantis, a propriedade privada dos meios de produção. Foi esse atrelamento entre relações mercantis e a propriedade privada que dotou o sistema de uma dinâmica e uma resiliência pouco compreendidas. A propriedade dos meios de produção é central a tal processo, e os grupos e classes dominantes têm, na posse daqueles, a viga central sobre a qual estruturam seu poder. É necessário acabar com a centralidade que a propriedade privada possui no capitalismo moderno. Note-se que Marx não falava de todas as formas de propriedade privada, mas daquelas que concentravam muitos recursos e poder nas mãos de poucas pessoas, conferindo às classes dominantes a capacidade de constranger a imensa maioria da sociedade a trabalhar em suas empresas e de organizar a sociedade de acordo com seus ditames.

Como a propriedade dos meios de produção é central ao domínio dos grupos e classes dominantes, eles estão dispostos a utilizar, como sabemos a partir da experiência histórica que temos no início do século XXI, de quaisquer expedientes para garanti-la. Mas o papel da propriedade privada nas sociedades contemporâneas não pode ser demonizado. É necessário, quando analisamos as sociedades capitalistas contemporâneas do ponto de vista de seu progresso social, levar em consideração dados relativos à concentração da estrutura da propriedade privada em cada sociedade nacional (e, em primeiro lugar, a concentração da propriedade privada na cidade e no campo); a participação do Estado na economia e a distribuição da renda, os salários e os lucros.

Os países com o capitalismo mais avançado são, regra geral, como já afirmamos, aqueles mais regulados. Algumas sociedades — especialmente no noroeste da Europa a partir do final da Segunda Guerra Mundial e no extremo oriente asiático desde a década de 1980 — têm conseguido alcançar bons indicadores sociais e diminuir razoavelmente a desigualdade capitalista sem quebrar a estrutura básica da propriedade privada, mas limitando fortemente os efeitos perversos da concentração daquela. Por outro lado, o socialismo soviético — que “acabou” com a propriedade privada dos meios de produção — foi incapaz de sustentar a expansão das capacidades econômicas e o caminho rumo à igualdade, entrando em crise na década de 70 do século passado (para dela não mais sair) e sufocando fortemente, naquele período de expansão, as liberdades políticas.

Isso tem consequências importantes sobre a forma como se deve dar a luta política e sobre a estratégia mais ampla de superação do capitalismo. Incapaz de prognosticar o que viria após o capitalismo (e não se pode cobrar isso a ele), Marx optou por um atalho político: o proletariado estaria condenado, por sua situação objetiva, a destruir o capitalismo através de uma revolução que seria seguida por uma “ditadura do proletariado”. Note-se que Marx não pensava num regime político concreto, apropriação feita por Lenin. A ditadura do proletariado significava, para Marx, como ele deixou claro em passagens decisivas (MARX, 2012), o governo da maioria (os trabalhadores de uma maneira geral) sobre uma ínfima minoria (a burguesia e os grupos e classes dominantes).

E aqui chegamos a um ponto importante. Como bem argumentou Bobbio (1979), não existe uma teoria da política ou do Estado em Marx. Por mais brilhantes que sejam as cinco ou seis frases da Crítica do Programa de Gotha que se referem à transição entre o capitalismo e o comunismo, elas não contêm um programa de reorganização social. Nas sociedades de classes tanto a política quanto o Estado são sempre o resultado da dominação e da luta entre as classes; na sociedade comunista desaparecerão as classes, o

Estado e a própria política. A política e o Estado têm uma concepção negativa, o que inviabiliza pensar formas de institucionalização das sociedades pós-capitalistas. A fórmula da “ditadura do proletariado” apenas traduzia a intenção de Marx de que o regime político pós-capitalista fosse um regime no qual a imensa maioria da sociedade dominasse e limitasse a atuação da minoria.

A tese acerca da polarização entre a burguesia e o proletariado foi o resultado não apenas de uma avaliação equivocada acerca dos caminhos que o capitalismo tomaria, como também, mais fundo, de uma concepção economicista que não considerou os aspectos fundamentais do prestígio e da honra como elementos constitutivos da vida social. Nesse aspecto há que se incorporar o apontamento da sociologia weberiana de que os homens não lutam apenas por dinheiro, mas também por poder e recursos de todo tipo (WEBER, 1982). As classes e os grupos sociais estão em constante luta, que são polarizadas pela grande divisão entre os detentores dos meios de produção e os que apenas trabalham, sem dúvida; mas isso não explica as principais dimensões do conflito nas sociedades contemporâneas. As questões relativas ao lucro e à mercantilização são essenciais para a crítica à sociedade capitalista e devem ser balizadas. A análise crítica que Marx realizou do capitalismo permanece um modelo que, sendo historicamente datado, alcançou, no entanto, o cerne da reprodução do sistema: o trabalho assalariado produz mais-valor do que aquele que retorna ao trabalhador sob a forma de salário, e esse mais-valor pertence ao proprietário dos meios de produção². Para reproduzir de forma ampliada seu negócio, o capitalista precisa reinvestir parte desse mais-valor, pagando todas as despesas básicas, os insumos e a força de trabalho. O que resta ao capitalista após o reinvestimento é o lucro. Nesses marcos estruturais, o trabalho assalariado acoplado ao desenvolvimento científico e tecnológico aplicado à produção foi capaz de produzir taxas de crescimento da riqueza absolutamente não encontradas em nenhum outro momento histórico.

Aqueles mesmos marcos estruturais também garantem, no entanto, o poder discricionário do capitalista individual sobre suas intenções e orientações. Na ausência de qualquer tipo de regulação social da produção, o capitalista individual persegue o lucro como seu fim último, e a irracionalidade se instala como regra sistêmica (MARX, 1998,

² A análise de Marx deve muito à economia política clássica de Adam Smith e David Ricardo que estabeleceram os marcos fundamentais da teoria do valor e do valor-trabalho, respectivamente. Marx avança ao propor as teorias da mais-valia, que tem componentes tanto econômicos quanto políticos. O empresário capitalista, organizador do processo produtivo, submete os trabalhadores a seus interesses e seu poder discricionário, e o mais-valor é transferido do trabalhador para o primeiro (MARX, 1980, 1983).

1999, 2017). Queremos sublinhar que a superação dessa irracionalidade sistêmica se apresenta como uma possibilidade real nas sociedades contemporâneas, mas a superação da lei do valor não parece algo factível num horizonte de curto ou médio prazo. Voltaremos a essa questão no ponto sobre socialismo e mercado.

A crítica à mercantilização continua possuindo seu valor estratégico e cultural, mas deve ser redimensionada em função do presente. Dada a complexidade demográfica, política e econômica do mundo interconectado de hoje, a produção para o mercado deverá se manter no horizonte humano por muito tempo ainda. O fetiche da mercadoria (MARX, 1998, p. 79-93) é de fato um poderoso elemento a trazer obscuridade às relações sociais. O aprendizado de que todos os objetos criados pelos seres humanos são nada mais do que frutos do trabalho e intelecto humano, embora possa parecer trivial, demandará um trabalho de esclarecimento muito longo. Aqui temos um tema difícil. Por um lado, há que evitar o consumismo e seus excessos — quer dizer, a orientação para a aquisição pura e simples como um fim. Por outro, o socialismo futuro não poderá, de forma alguma desprezar a importância do consumidor e suas preferências, sob pena de regredir a um planejamento ineficiente, como o soviético.

1.2 O MARXISMO

Passando de Marx aos seus herdeiros, encontramos um cenário mais desolador para aqueles que esperam que o socialismo se configure como uma alternativa real ao capitalismo.

O marxismo soviético foi, evidentemente, o mais bem-sucedido — se tomarmos como critério a realização prática das ideias. A capacidade tática e estratégica que Lenin e os bolcheviques demonstraram de construir um partido de vanguarda e de derrubar o czarismo russo — por meio de campanhas de propaganda que massificaram sua proposta política para a superação da crise derivada da Primeira Guerra Mundial — foi, evidentemente, um fato histórico notável. Manter o poder nas condições de invasão e assalto das potências europeias e levar um país semifeudal em 1917 à condição de segunda potência econômica do mundo num período de 40 anos só evidencia a força da perspectiva de organização social vinculada ao planejamento. Mas os soviéticos foram incapazes de arejar seu sistema político e econômico, que regrediu por conta da ascensão de uma burocracia de Estado que utilizava o sistema de acordo com seus interesses. Lênin, mesmo levando em conta as tentativas de inovação no plano econômico com a Nova Política

Econômica (NEP), como veremos, se tornou um dos criadores do sistema político de tipo soviético com um partido único controlando o Estado e a burocracia do primeiro ocupando os postos-chave do segundo.

No ocidente, o marxismo foi criativo e inovador, capaz de sofisticadas críticas culturais e ideológicas, mas incapaz de se articular com os movimentos reais dos trabalhadores, além de abandonar os temas centrais relativos às estruturas econômicas e políticas e se concentrar na filosofia (ANDERSON, 1976).

Gramsci produziu uma obra de maior alcance porque foi capaz de compreender as profundas diferenças entre a Rússia e o ocidente europeu e, por essa via, abandonar a teoria leninista do Estado. O resultado foi a necessidade de se levar a sério, em sociedades como as do ocidente europeu, tanto a questão democrática quanto as lutas culturais e ideológicas, porque se deve acumular forças contra todas as formas de dominação. A luta pela hegemonia e a guerra de posição surgem, assim, como uma das principais heranças gramscianas para as lutas socialistas do século XXI.

A chamada Escola de Frankfurt se caracterizou pela diversidade de autores (Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas) e de contextos de análise. Críticos sofisticados da ascensão do nazismo (vide a pesquisa sobre a personalidade autoritária) e da sociedade americana do pós-segunda guerra (vide suas teses acerca da indústria cultural), tais autores foram, no entanto, incapazes de articular suas ideias e pesquisas a movimentos práticos. O marxismo estrutural de Althusser, o marxismo existencialista de Sartre e as aproximações entre o marxismo e a psicanálise de Marcuse também construíram modelos críticos sofisticados, mas incapazes de aderência prática (ANDERSON, 1976, p. 36-122), embora apenas as duas últimas vertentes tenham obtido alguma popularidade entre a juventude universitária rebelde europeia e americana do final da década de 1960, o que não chega a ser exatamente um apoio de massa.

Habermas, o herdeiro neomarxista da Escola de Frankfurt, desenvolveu, na tentativa de superar o isolamento da crítica, a concepção de uma democracia deliberativa bem como uma teoria da razão comunicativa. A democracia deliberativa se caracteriza por um conjunto de pressupostos que têm como elemento central a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. O processo de formação das preferências é alçado à questão pública e subtraído à esfera privada, e o voto perde o caráter de legitimação absoluto de outras teorias da democracia (HABERMAS, 1997).

Na teoria da razão comunicativa, voltando aos fundamentos da crítica marxiana, Habermas afirmou que a gênese da dominação e da hierarquia não se localizam apenas no mundo do trabalho, mas também no da fala, da comunicação. O projeto iluminista teria se mostrado parcial porque sua crítica racional era instrumental, tendo como objetivo a dominação da natureza, e, assim, confundia razão com poder. Torna-se necessária, portanto, uma razão que não seja instrumento de dominação, mas de relações igualitárias: a razão comunicativa. Rompe-se, assim, com conhecimentos instrumentais resultantes da relação entre um sujeito cognoscente e um objeto cognoscível, a partir do qual o consenso, se possível, é desprovido do caráter dialógico. À procura de uma comunicação eficiente, não distorcida, Habermas estabeleceu critérios de validação: além do uso de regras semânticas inteligíveis, da autoridade e da sinceridade do emissor, há que ser verdadeiro o conteúdo dito (HABERMAS, 2016, 2023).

Hipostasiando as “certezas” marxianas e construindo uma série de outras, a vulgata marxista oscila hoje, em termos gerais, entre uma perspectiva apocalíptica que vê o final do capitalismo a cada crise de maior monta e uma perspectiva de acumulação constante de forças que delega os embates importantes para um futuro inexistente.

Lembremos que Marx saudava o papel histórico progressista do capitalismo. Toda a primeira parte do Manifesto Comunista é um grande elogio à dimensão civilizatória do capitalismo, que libertou os homens das limitações dos regimes feudais e servis de toda ordem. A dialética emprestada de Hegel e invertida na sua causalidade apostava na figura histórica da superação (*aufheben*, em alemão): a superação não é, como sabemos, uma simples ultrapassagem, um abandono do que existia antes rumo à “novidade”; a superação absorve tudo o que existia de positivo na forma histórica anterior e reconfigura esses traços diante da nova e superior configuração que se estabelece. A sociedade pós-capitalista não será uma sociedade absolutamente distinta do capitalismo: conservará os melhores traços deste.

2. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO: RUMO A UMA DEMOCRACIA DELIBERATIVA, PARTICIPATIVA E INCLUSIVA

O déficit na concepção do que seja a política e o Estado levou Marx e os marxistas a subestimarem a questão democrática. A democracia não se limita, evidentemente, à via eleitoral e à representação indireta nos parlamentos, como entendem alguns liberais. A concepção de democracia que partilhamos aqui conjuga os elementos derivados da

democracia deliberativa e os elementos derivados da democracia participativa com a criação de espaços de atuação direta.³ Devem-se estabelecer os procedimentos e arranjos necessários à ampliação da participação, de forma que os seres humanos possam gerir seus assuntos coletivos de forma igualitária, usando os meios que lhes pareçam mais favoráveis (GRAEBER, 2015, p. 155-206).

Há que se diminuir as desigualdades gritantes do capitalismo de forma a ampliar as possibilidades de participação: participação política, econômica e em todas as dimensões relevantes da vida social — seja através da representação, seja através da participação direta. A democracia no interior do capitalismo é muito limitada, tanto porque as desigualdades econômicas limitam a participação dos cidadãos (especialmente aqueles de pior condição, suscetíveis a manipulações de todo o tipo) quanto porque o poder econômico interfere nos processos eleitorais e nos processos de tomada de decisão em geral.

Como a história das relações entre socialismo e democracia é cheia de desencontros e variantes, cabe sumariar rapidamente alguns dos principais momentos, de forma a recolocarmos, de forma sintética, os termos de nossa concepção.

2.1. SOCIALISMO E DEMOCRACIA: TENTATIVA DE SÍNTESE

Estando vivo, Marx assistiu à vitória de Luís Bonaparte na primeira eleição por sufrágio direto masculino em 1848. Três anos depois, viu também o sobrinho de Napoleão se tornar o elemento aglutinador das forças conservadoras que procuravam afastar a revolução e dar um golpe de Estado. Essa experiência marcou Marx, que se mostrou daí em diante bastante reticente quanto às possibilidades da democracia nos marcos do capitalismo. Na época, ele postulou que o campesinato — incapaz de desenvolver consciência de classe por sua fragmentação territorial — teria servido, junto com o lumpemproletariado urbano, de base de massa para tal regresso (MARX, 2011). Pesquisas recentes mostraram que a votação em Bonaparte não foi tão discrepante entre os camponeses e realçaram a dimensão da novidade do processo eleitoral direto, que facilitou

³ Para um mapeamento muito útil da teoria democrática, ver Miguel (2005). O autor agrupou as correntes de maior ressonância no debate político e acadêmico em cinco principais: (1) a democracia liberal-pluralista; (2) a democracia deliberativa; (3) o republicanismo cívico; (4) a democracia participativa; (5) o multiculturalismo.

a grupos e classes privilegiadas a utilização de uma série de manobras e subterfúgios para serem vitoriosos (CROOK, 2015).

Engels, que viveu até 1895, pôde assistir ao crescimento da presença eleitoral do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA), especialmente a partir dos anos 1880, e cogitou a possibilidade de uma transição pacífica e eleitoral para o socialismo, o que aparece em seu célebre prefácio a “A luta de classes em França”. Lá ele afirmou que o uso bem-sucedido do voto universal criou um modo de luta do proletariado, que teria descoberto que as instituições do Estado, nas quais se organiza o domínio da burguesia, abrem espaços nos quais se pode combatê-la. A burguesia e o governo teriam passado então a temer mais a ação legal que a ilegal do partido dos trabalhadores, a temer mais os sucessos da eleição que os da rebelião. O ascenso eleitoral do PSDA só poderia ser detido por um confronto em grande escala com os militares, uma vez que “(...) um partido que conta com milhões de pessoas não poderia ser eliminado do mundo a tiros” (ENGELS, 2012, p. 19, 24).

Mesmo levando em conta essa tensão involuntária entre os dois, resultado das transformações do capitalismo avançado à época, há que se reconhecer que o contato com o movimento dos trabalhadores trouxe uma convicção política profunda e importante: à burguesia e aos grupos e classes dominantes não interessa a ampliação da participação. Essa convicção não é exclusiva do marxismo; ao contrário, faz parte do cabedal de experiências acumuladas pelas mais distintas correntes do movimento sindical e pelos mais distintos partidos e agremiações políticas de esquerda desde o final do século XVIII.

É obrigatório lembrar aqui que a maior parte das versões liberais da história moderna do capitalismo difunde a falsa narrativa segundo a qual teria sido “o Ocidente” que “recriou” a democracia, retomando um regime surgido na Grécia Antiga e que, depois de viajar para Roma, teria passado pela Inglaterra Medieval e pela Itália Renascentista para finalmente se instalar no Atlântico Norte, onde teria feito seu lar. Ora, como bem sintetizou Graeber, nem um único autor grego antigo conhecido era a favor da democracia, e praticamente todos os autores identificados com a “civilização ocidental” eram explicitamente antidemocráticos. No caso americano, o elaborado sistema republicano que os Pais Fundadores tinham criado com a finalidade de conter a participação e restringir a força da população passou justamente a se chamar “democracia” (GRAEBER 2015, p. 172-174).

Outras versões liberais, em suas variantes europeias, afirmam que foi a burguesia em ascensão e luta contra a nobreza e a aristocracia que teria “criado” a democracia, através das instituições representativas modernas e da adoção do sufrágio como mecanismo de

escolha dos mandatários. Nada mais equivocado, como já demonstraram importantes estudos históricos e da ciência política dedicados à participação política e à ampliação da participação eleitoral. Foram as massas populares, principalmente os trabalhadores e as trabalhadoras urbanas, que, a partir do final do século XVIII, lutaram para ampliar seus espaços de participação (HOBSBAWN, 1988, 2005, 2015; PRZEWORSKI, 2009).

A burguesia se utilizou instrumentalmente dessas massas como forma de tirar do poder os grupos e classes dominantes ligados ao antigo regime. Assim é que nos momentos de maior presença e radicalidade das massas populares e trabalhadoras houve avanços institucionais e ampliação da participação e governança popular; nos momentos de retrocesso, tais avanços eram congelados ou mesmo retrocediam. As limitações à participação eleitoral, por exemplo, foram durante muito tempo associadas à necessidade de algum tipo de propriedade ou renda mínima (o chamado sufrágio censitário). A participação feminina só foi conquistada ao longo do século XX (com a única exceção da Nova Zelândia, em 1896). Na França elas só puderam votar em 1944.

A Primeira e a Segunda Guerra Mundiais trouxeram novos desafios à ampliação da democracia. Na esteira da Primeira eclodiu a Revolução Russa, que, como sabemos, mudou a história e a geopolítica mundiais. A Rússia era um país atrasado do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, majoritariamente camponês, com não mais do que cinco por cento de sua população economicamente ativa empregada na atividade industrial quando estourou a revolução em 1917. A servidão tinha sido abolida formalmente em 1865, mas continuava existindo na prática no campo, especialmente nas regiões mais afastadas dos esparsos centros urbanos. O Parlamento Russo — a *Duma* — era uma instituição reservada aos nobres, como seus congêneres em outros países. Ainda assim, a Rússia fervilhava desde o final do século XIX, com a agitação trazida pela transformação derivada da introdução acelerada de relações capitalistas. A pequena classe operária, particularmente aquela de São Petersburgo e Moscou, era altamente politizada, e vários partidos de oposição ao czarismo (a forma especificamente russa que a monarquia autocrática assumiu) se relacionavam com partidos comunistas, socialistas e anarquistas da Europa Ocidental. (CARR, 1979)

Ao se tornar o partido politicamente dominante durante o processo revolucionário de outubro e novembro de 1917, a fração bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) conseguiu galvanizar massas operárias e camponesas e quebrar o poder político e econômico da burguesia, proclamando a república soviética. Para chegar

a tal, os bolcheviques adotaram uma estratégia que contou com a utilização bem-sucedida das instituições czaristas, entre elas a Duma. Lênin era um exímio propagandista, e as observações de Engels acerca do espaço político que a instituição do parlamento criava para a atuação dos comunistas foram estudadas e levadas a sério (LENIN, 1977a).

Tendo chegado ao poder por meio da Revolução de Outubro, os bolcheviques realizaram sua promessa de conceder “todo o poder aos soviets”, organismos compostos por representantes dos locais de trabalho e produção surgidos na revolução de 1905 e que reapareceram em fevereiro de 1917. No contexto de então, dificilmente se poderia ter evitado a solução da substituição: a Duma era o espaço privilegiado de atuação política da burguesia, e foi extinta. A Rússia revolucionária pagou o preço de ser a pioneira no século XX: as principais potências europeias procuraram invadi-la; a resistência da nobreza e da burguesia russas e internacional foi ferrenha: a guerra civil persistiu até 1921, quase quatro anos após a tomada do poder (NOVE, 1992).

O saldo político e econômico foi devastador. Sobre os dilemas econômicos e as alternativas voltaremos a tratar no ponto quatro (socialismo e mercado). A luta política levou a que os bolcheviques proibissem todos os outros partidos e as frações internas. O que se iniciou como uma medida provisória por conta da guerra civil se perenizou. Quando Lênin perdeu sua capacidade de atuação, no primeiro semestre de 1922, estavam dadas as condições para a ascensão de Stálin (que se consolidou em 1927) e a consolidação de uma burocracia partidária que se fechou sobre si mesma e perdeu sua capacidade de renovação e modernização. Diante do isolamento internacional da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Stálin lançou a tese do socialismo em um só país, que fazia do vício virtude. Em 1928 se iniciou o processo de coletivização forçada do campo, com todos os erros e horrores dele derivados (CARR, 1979), e em 1935 começaram os Processos de Moscou, que evidenciaram a brutalidade política do regime soviético a todos que queriam ver.

As consequências da Revolução Russa sobre o movimento comunista mundial e a esquerda em geral foram profundas. O encanto e a esperança iniciais foram sucedidos por desencanto e críticas acerbadas. A permanência de uma situação na qual a Rússia pós-capitalista tinha que conviver com um sistema capitalista mundial levou a que os interesses de manutenção do regime soviético fossem confundidos com a causa do socialismo. A adesão às formas políticas, econômicas e sociais que a revolução russa tinha assumido passou a ser um atestado “socialista”.

Socialismo e democracia se tornaram, nessa trajetória, antinômicos. Isso levou, também, por outro lado, a que os poucos canais comunicantes entre o liberalismo e o socialismo sofressem um eclipse. Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX houve diversas tentativas de aproximação entre essas perspectivas por parte de um liberalismo progressista, com nomes como John Stuart Mill, Bertand Russel, J. A. Hobson, John Dewey. Proponentes de um liberalismo radical, eles estavam preparados em geral para aceitar algum nível de predominância da socialização das forças produtivas, desde que garantidas liberdades individuais, a separação dos poderes e o processo eleitoral com alternância das forças políticas organizadas no poder (ANDERSON, 1996, p. 11-14). O momento histórico no qual tal síntese foi proposta não era nada propício: além dos desdobramentos negativos da revolução russa, a ascensão do fascismo a partir da década de 1920 bloqueou as possibilidades de diálogo.

Quando o regime soviético estava já nos seus estertores e o seu esclerosamento político e econômico estava claro, ressurgiu uma série de autores que, embora não tivessem como agenda a síntese entre a democracia e o socialismo, abriram enorme espaço para tal possibilidade: Macpherson (1977); Rawls (1971); Dahl (1985); Rosanvallon (1985) (ANDERSON, 1996, p. 17-18). O diálogo com as potencialidades trazidas por esses autores ainda não foi suficientemente explorado.

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de descolonização do Sudeste Asiático e da África, que se intensificou na década de 1960, trouxe novos desafios à questão democrática e ao socialismo. Na prática permanece, do ponto de vista econômico, uma espécie de neocolonialismo por parte das potências europeias e dos EUA (embora nos últimos dez anos a China tenha-se tornado uma força central).

Poucos países passaram por um processo revolucionário: a Iugoslávia, em 1944; a China, em 1949; Cuba, em 1959; Angola, Moçambique e o Vietnã, em 1975. Os outros países que compunham o bloco “socialista” junto com a URSS eram todos do Leste Europeu, e sua ultrapassagem do capitalismo só foi possível por conta da força que a URSS possuía ao final da Segunda Guerra. Todos esses países seguiram o modelo soviético de partido único comandado pela burocracia com planejamento centralizado, sem concessões às formas de organização capitalistas. Todos fracassaram, e apenas Cuba segue socialista. A exceção ficou por conta da China a partir de 1978 — à qual se seguiram, em grande parte por questões geopolíticas, o Vietnã e o Laos na década de 1990 —, que conjugou, na

dimensão econômica, a perspectiva socialista com a presença do mercado, caso ao qual voltaremos.

Uma apreciação superficial e apressada desses eventos macro-históricos poderia levar o analista a postular, como fazem os conservadores e os liberais conservadores, uma “vitória da democracia”. O fim do bloco soviético a partir de 1989 corroboraria tal diagnóstico: o fim do “socialismo” estaria a comprovar a superioridade do capitalismo e da democracia. Trata-se de um silogismo ao qual falta lógica: *a União Soviética era socialista; a União Soviética fracassou; logo, o socialismo fracassou, e o capitalismo se mostrou melhor*. Dois axiomas não são tocados: 1) a União Soviética era “o” socialismo; 2) o sistema político e econômico sob o capitalismo. Se as classes e os grupos dominantes neste nunca foram “democratas”, o que se está elogiando? Por que o capitalismo é melhor do que o socialismo?

Na segunda década do século XXI os desafios que se apresentam à esquerda são muitos. Os regimes políticos dos países do capitalismo avançado estão sob ataque da extrema-direita e do neofascismo, que cresce junto com a desigualdade.

O dilema entre reforma e revolução, importante em todo o contexto do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, parece ultrapassado. Evidentemente não podemos fazer previsões sobre o futuro depois de tudo que a história tem nos demonstrado, mas o projeto revolucionário parece de difícil execução hoje. Notemos que um dos mais recentes surtos de expansão socialista, o bolivariano na Venezuela, se deu através do voto (GOTT, 2005). As inconsistências dos grupos e classes dominantes no plano global ficaram muito claras também nesse caso: quando não escondem os processos de escolha, inclusive os eleitorais, criticam o processo eleitoral venezuelano — como se o processo eleitoral nos países capitalistas fosse adequado.

3. SOCIALISMO E MERCADO

Na segunda década do século XXI temos a vantagem de olhar para a história do capitalismo a partir de um espectro muito mais amplo do que aquele dos críticos do século XIX. Uma questão nunca tratada em profundidade por Marx foi a da relação entre o mercado, a mercadoria e o capitalismo industrial.

Por um lado, a mercadoria é um produto histórico. Ela se desenvolve a partir do abandono ou superação da economia de subsistência, ou “natural”, e cresce em importância à medida que as relações econômicas se complexificam. A mercadoria é o resultado de uma forma de interação baseada em formas impessoais de troca. Esta forma

impessoal é mediada pelo dinheiro, o qual tem o poder de expressar de maneira quantitativa um valor qualitativo.

Toda a passagem típico-ideal do “feudalismo” para o “capitalismo” (“mercantil” na sua primeira fase) sinaliza a transição de uma economia de subsistência para uma economia de troca no mercado, que permite o desenvolvimento econômico. A mercadoria, é, portanto, a forma fundamental que a produção de riquezas assume no mundo moderno, e não apenas no capitalismo industrial (MARX, 1998, p. 41-93).

A passagem para o capitalismo industrial é sinalizada por uma intensificação da troca e do uso da tecnologia no processo produtivo. Algumas mercadorias foram essenciais para essa passagem, porque eram comercializadas desde uma posição de mando por parte das potências europeias e porque alcançavam lucros astronômicos: os escravos da África, o ouro e a prata das Américas e as especiarias do Oriente (MARX, 1998, p. 833-885). Sob o capitalismo industrial a criação de riquezas e o lucro aumentaram exponencialmente, e o mercado passou então a se expandir em função dessa possibilidade, colonizando progressivamente o espaço de ação das atividades econômicas não voltadas para a troca.

Por outro lado, Marx argumentou que a mercadoria como forma social deve ser superada. Isso aconteceria à medida em que a socialização das forças produtivas e o planejamento substituíssem o “mercado”, e o controle social dos produtores eliminasse as bases da alienação (MARX, 2012). A questão mais problemática aqui é que “o mercado” não é apenas uma forma de construir riquezas e manipular coisas e pessoas de acordo com os interesses dos poderosos e classes dominantes. Ele é, também, uma forma de permitir o acesso das pessoas à circulação e distribuição dos bens econômicos. Existe toda uma literatura que desde pelo menos a década de 80 do século passado tem demonstrado o papel importante que o mercado tem na luta por ampliação de liberdades e acesso a recursos econômicos⁴.

Superar a economia mercantil, portanto, supõe que sejam resolvidas não apenas as questões relativas ao domínio do “mercado”, mas também as questões relativas à circulação e à distribuição dos bens. A relação entre demanda e oferta não é uma invenção de Adam Smith ou da economia “burguesa”: é um desenvolvimento resultante do adensamento das relações humanas e da possibilidade estável de produção de bens e serviços industriais em grande escala.

⁴ Pensamos aqui sobretudo nos trabalhos de Amartya Sen (1987, 2000), mas também em Fontaine (2014). Nesse último indicamos especialmente os capítulos IV (*Le enjeux politiques et sociaux du marché*), V (*Marchés, libertés et lutte contre la pauvreté*) e a conclusão (*Le marché como bien public*).

A “mão invisível”, enquanto um conceito, esconde o domínio do mercado por parte dos poderosos e seus efeitos perversos, mas também se refere ao fato de que esse mesmo mercado é um poderoso mecanismo de alocação de recursos e de distribuição. Esses mecanismos de alocação podem ser utilizados no interesse da maioria trabalhadora da sociedade ou no interesse das forças econômicas dominantes. Acabar com o domínio do mercado por parte da burguesia não irá “abolir” a lei do valor, assim como não resolverá os problemas derivados da circulação e distribuição das mercadorias.

Com isso queremos dizer que substituir o mecanismo do mercado por um planejamento puro, feito a partir do novo regime, é algo que não está no horizonte imediato da construção do socialismo. A superação da forma mercadoria demandará um período histórico muito mais longo do que aquele imaginado por Marx. Mais ainda se levarmos em consideração o fato de que apenas alguns países apostam na alternativa socialista, o que os obriga a conviver com uma economia global condicionada pelo capitalismo. Essa não é uma afirmação apenas teórica, mas também histórica. O fracasso do socialismo na Rússia/União Soviética e o sucesso da economia chinesa evidenciam que um dos grandes erros — derivado parcialmente de Marx — das tentativas de construção do socialismo no século XX foi a desconsideração da importância que o mercado terá no período de transição do capitalismo para o comunismo (este último entendido como um ideal ético de aperfeiçoamento das sociedades rumo à realização de todo o potencial humano).

Após a tomada do poder em outubro de 1917, o governo bolchevique começou, no início de 1918, em grande medida por motivos pragmáticos, uma certa conciliação ou pelo menos tolerância com certos setores da iniciativa privada, especialmente nas áreas que exigiam grandes somas de capital ou tecnologia de ponta. Logo em seguida, no entanto, o governo teve que lidar com a guerra civil, e o agravamento da situação levou a que fosse adotado o “comunismo de guerra”, no qual o partido e o governo se arvoravam todos os tipos de poder discricionários, e tanto o dinheiro quanto o mercado foram “abolidos” (CARR, 1979, p. 11-35).

Passados três anos, o debate que se estabeleceu no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) próximo ao final da Guerra Civil opôs dois grupos: um que se articulou em torno de Trótski, Preobrajenski e Bukharin e outro que se articulou em torno de Lênin. O primeiro grupo propunha que os sindicatos passassem ao controle estatal e que se tornassem organismos dirigentes da economia, tendo sob seu controle o planejamento e a administração das empresas. Já Lênin propunha a adoção de uma Nova

Política Econômica (NEP), que permitiria o restabelecimento da iniciativa e da pequena propriedade privada, a entrada de capitais estrangeiros, bem como suprimiria o pagamento salarial igualitário e impediria a nacionalização imediata de novas fábricas nas cidades sem uma autorização superior (CARR, 1979, p. 36-42).

Como bem apontou Nove (1992, p. 116-117), a defesa que Lênin fazia da NEP deixava claro que ele via o rumo adotado no início de 1918 como o mais adequado e que o “comunismo de guerra” se excedera, mesmo sendo necessário. O retorno ao *status quo* do início de 1918 seria o retorno a um caminho correto, e não uma “retirada” face às forças superiores do inimigo. Lenin intuiu que a industrialização e o desenvolvimento econômico não poderiam ser realizados sem contar, em alguma escala, com a participação do setor privado na criação e expansão do capital necessários a tal processo⁵. Com a saída de cena de Lênin no início de 1922 e a ascensão de Stálin ao comando do partido, foram adotadas as políticas de coletivização forçada do campo e o planejamento centralizado pelo PCUS, que eliminou a participação da propriedade privada e pretendeu substituir o mercado (NOVE, 1992, p. 159-225).

A conjugação entre repressão política e altos níveis de desenvolvimento econômico puxados pela industrialização acelerada mais a formação de um sistema público de saúde educação e subvenções estatais permitiram um crescimento que tornou a URSS a segunda potência econômica do mundo na década de 1950, além de um sistema político estável. O regime soviético se tornou progressivamente inviável, no entanto, diante da modernização das formas de produção (pós-fordismo) e circulação (intensificação da globalização e primórdios da formação de uma rede digital de comunicações mundial na década de 1970) (NOVE, 1992, p. 331-419). A inexistência de canais de insatisfação levou a que à crise econômica da década de 1970 (estagnação e obsolescência) sucedesse um veloz processo de deslegitimação política, com um rápido desmoronamento do regime na URSS e em todos os seus satélites.

O caso chinês mostrou outra possibilidade de se relacionar com o mercado na construção do socialismo, apesar de o modelo político ter seguido em larga medida o soviético, com um partido único controlado por uma burocracia que possui os mais altos cargos e funções de Estado. Nesse caso a burocracia percebeu as dificuldades que se

⁵ Lênin conceituou a passagem para o socialismo no caso russo como uma passagem que vai do capitalismo ao capitalismo de Estado e deste ao socialismo: “Todo o problema – em termos teóricos e práticos – é encontrar os métodos corretos para direcionar o desenvolvimento do capitalismo (que é até certo ponto, e por algum tempo, inevitável) para os canais do capitalismo de Estado e determinar como devemos protegê-lo para garantir sua transformação em socialismo no futuro próximo (1977b).

multiplicavam ao papel conferido à socialização acelerada das forças produtivas, trazendo ineficiência e incapacidade de crescimento.

A China era ainda menos desenvolvida do ponto de vista das forças produtivas do que a Rússia, e com uma população camponesa esmagadoramente majoritária. Também com dimensões continentais, grande diversidade geográfica e étnica, mais uma enorme população, os desafios eram enormes. Mao Tsé-Tung manteve-se na liderança até a sua morte em 1976, mas perdeu de fato muito de seu poder a partir do início da década de 1970. Num primeiro momento ele se aproximou da URSS, e o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1958), por exemplo, teve o apoio de técnicos soviéticos. Com a *desestalinização* que se seguiu à morte de Stálin e ao XX Congresso do PCUS em 1956, Mao se afastou da URSS, ao mesmo tempo em que intensificou o processo de coletivização no campo (com a formação obrigatória de “comunas populares”), almejando a sociedade igualitária do “comunismo”. Essa política, expressa no Segundo Plano Quinquenal (1958-1962), chamada de “O Grande Salto para Frente”, levou a resultados contraditórios: aumento razoável da produção industrial (ainda muito insuficiente para as necessidades do país), mas desorganização da economia, especialmente no campo. O forte componente moralista antiglobalização, antiurbano e anti-intelectual ficou evidente na chamada “Revolução Cultural” iniciada em 1966, que pretendia combater o “revisionismo” e as “influências capitalistas” no Partido Comunista e no Estado (MEISNER, 1999).

Após a morte de Mao, a China encontrava-se claramente diante de uma situação econômica preocupante e que exigia medidas vigorosas. A maior habilidade de Deng Xiaoping, que então ascendeu ao poder central, foi iniciar a renovação não apenas da política econômica, iniciando uma era exitosa de reformas, mas principalmente da elite burocrática, com a mentalidade maoísta. O método utilizado foi o da eliminação do maoísmo utilizando, na aparência e na superfície, “ensinamentos” e “orientações” atribuídas ao próprio Mao (KISSINGER, 2011, p. 315-366). A abertura para o ocidente, simbolizada pela visita de Nixon em 1972, se aprofundou a partir de 1978 e mais ainda a partir do início da década de 1990.

A política econômica adotada desde então permitiu a revitalização da propriedade privada e a reintrodução de mecanismos de mercado — como, por exemplo, a autorização para a venda no mercado dos excedentes agrícolas a partir dos contratos de responsabilidade entre o Estado e as unidades familiares camponesas (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 140) — aliados ao planejamento da política macroeconômica, a soberania monetária e a propriedade por parte do Estado de todo o setor financeiro

(incluindo os bancos). Essa revitalização da propriedade privada não alterou o caráter geral socialista da economia, uma vez que a propriedade da terra permanece uma prerrogativa do governo central, e o governo mantém o controle das empresas privadas, estrangeiras e nacionais, no país. Distintas formas de propriedade, como a pequena produção mercantil, as chamadas *Township and Village Enterprise* (TVE) e as cooperativas, são permitidas e incentivadas, tendo como limite o controle público da vida econômica. Nesse sentido, os dirigentes chineses tornaram o mercado um dos instrumentos das políticas públicas e do desenvolvimento do socialismo (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 141-174).

A estratégia geral passou a ser um controle mais qualificado da riqueza nacional, com o Estado determinando as grandes diretrizes e a iniciativa privada e comunitária tendo grande autonomia de ação no plano microeconômico e de curto prazo. A participação da propriedade pública na riqueza nacional caiu de 70% em 1978 para cerca de 30% em 2015, e mais de 95% das residências pertencem a famílias particulares, em comparação com cerca de 50% em 1978. As empresas chinesas ainda são predominantemente de propriedade pública: cerca de 60% das ações chinesas pertencem ao governo, 30% a proprietários privados chineses e 10% a estrangeiros (PIKETTY, YANG e ZUCMAN, 2017).

O sucesso da economia chinesa é enorme, tanto no que diz respeito às taxas de crescimento quanto à capacidade de retirar as pessoas da pobreza. Nenhum outro país do mundo cresceu tanto e tão rápido, tirando ao mesmo tempo tantas pessoas da pobreza. Um relatório de 2022 do Banco Mundial na China afirma que esta tirou cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza; em 2021 a pobreza extrema foi declarada erradicada no país (BANCO MUNDIAL, 2022).

Os dados macroeconômicos são tão significativos que devem ser citados, de forma a dar ao leitor uma dimensão do processo:

A média de crescimento do PIB real de 1980 a 2019 foi de 9,2% a.a. (...) A renda *per capita* (por paridade do poder de compra) passou de apenas US\$ 250,00 em 1980 para US\$ 8.827,00 em 2018, isto é, cresceu 36 vezes. A taxa de investimento tem sido elevada, com média de 36,9% do PIB entre 1982 e 2011 e acima de 40% a partir de 2004. (...) Desde 2013, a China é o país com o maior volume de comércio exterior no mundo. (...) As reservas cambiais, apesar dos grandes investimentos no exterior, saltaram de US\$ 1,6 bilhão em 1978 para 3,09 trilhões em março de 2019, sendo de longe as maiores do mundo. (...) Os juros reais caíram de 7,2% a.a. em média em 1997-1999 para 2,1% a.a. em 2000-2018. (JABBOUR; GABRIELLE, 2021, p. 143-146).

Mais uma vez, se a prática é o critério da verdade, o caso Chinês tem que ser trazido ao primeiro plano e discutido seriamente. Permanece a questão de que, com o aumento da riqueza nacional e uma distribuição de renda imperfeita, houve, nas últimas décadas, um crescimento das desigualdades na sociedade como um todo (PIKETTY, YANG E ZUCMAN, 2017).

CONCLUSÕES

A avaliação crítica do legado marxiano evidenciou a presença de uma teleologia histórica com fortes componentes positivistas e deficiências relativas ao Estado e à democracia. Mesmo as considerações de Engels em seu prefácio a “A luta de classes na França” de Marx são claramente instrumentais, e o autor não compreende as vantagens substantivas da ampliação da participação. Mas cobrar a compreensão de tais vantagens no final do século XIX a esses autores é um claro anacronismo. Um dos fatores que dificultou e atrasou a compreensão do papel estratégico da democracia na luta pelo socialismo foi a trajetória do socialismo e do marxismo soviético, como vimos.

O marxismo ocidental, por sua vez, foi prolífico na crítica sofisticada a uma série de aspectos do capitalismo do século XX, mas incapaz de dinamizar qualquer projeto político que angariasse bases sociais significativas. Apesar dessa incapacidade, ao menos duas contribuições importantes devem ser incorporadas à construção de nossa proposta: Gramsci e Habermas. O primeiro contribuiu para uma teoria das guerras de movimento na resistência e ultrapassagem do capitalismo, bem como para uma pedagogia da inteligência coletiva. Habermas, indo além do marxismo, contribuiu com sua ênfase na democracia deliberativa e na necessidade de construção de um espaço público no qual o processo de tomadas de decisão seja regulado.

Ultrapassar Marx e o marxismo na direção de um projeto socialista democrático renovado, adaptado às condições do século XXI e que conviva com o mercado por um tempo ainda não determinado, são as apostas feitas aqui. As condições para desenvolver tal projeto são hoje alvissareiras: o crescimento das desigualdades globais e a concentração do capital criam uma situação na qual um número cada vez maior de pessoas não vê futuro no capitalismo. Essa situação também amplia as possibilidades de diálogo da esquerda com as perspectivas liberais progressistas, como notamos.

A ampliação da democracia, de forma que esta não seja um mecanismo meramente formal de eleição de representantes encarregados de subjugar o povo a cada quatro anos,

como dizia Lênin, é a palavra de ordem fundamental, capaz de articular a luta política à luta econômica. Isso porque ampliar a democracia só é possível atualmente se forem quebradas as estruturas econômicas que atuam de forma a: (a) desmobilizar, direta ou indiretamente, a participação popular nos processos decisórios, especialmente os eleitorais; (b) influenciar nos processos decisórios através de *lobbies* e propaganda paga direcionada, explícita ou subliminar.

A ampliação da democracia não pode, portanto, ser entendida apenas como uma luta política, mas deve também encampar demandas econômicas que, num nível mais imediato, permitam a participação popular e, a médio prazo, combatam a desigualdade. Evidentemente, isso tudo se coloca num plano ainda muito geral, e especificar um programa de transformação concreto nos planos econômicos e políticos é tarefa para muitos e tomará tempo. Trataremos, para terminar, apenas de duas questões: a relação entre as dimensões políticas e econômicas da luta pelo socialismo e a questão do parlamento.

A transição para o socialismo, se ela ocorrer, será lenta e processual, uma vez que a economia de mercado não pode desaparecer num cenário próximo. Esse é um aprendizado tanto teórico quanto histórico. Teoricamente procuramos demonstrar que Marx foi no mínimo ambivalente quando tratou da questão do mercado e da mercadoria no socialismo. O resultado é que o mercado não poderá ser simplesmente eliminado num futuro observável. Historicamente recorreremos aos exemplos da Rússia/URSS e da China, onde a aceleração do processo de socialização das forças produtivas nos dois casos levou a um poder político autoritário baseado no monopólio da burocracia do partido único. A URSS persistiu nesse modelo por pouco mais de 60 anos, até o seu esgotamento. No caso chinês houve uma renovação do modelo econômico que passou a contemplar a convivência e o controle de uma economia de mercado por parte da economia socialista. O desenvolvimento econômico alcançado por esse modelo não deixa dúvidas acerca de sua superioridade.

Uma questão que não podemos resolver hoje diz respeito a como quebrar o poder político e econômico das classes dominantes na direção do socialismo. Nossa aposta é que o acúmulo de poder político por parte dos dominados em geral criará uma situação na qual o poder econômico também será transformado. O socialismo de mercado (res)urge também como uma possibilidade de pactuação de novas alianças na direção dessa transformação. Não repetiremos, evidentemente, o processo revolucionário chinês, que

está na fonte da legitimidade do Partido Comunista. Nada impede, no entanto, que articulemos socialismo e mercado tomando aquele importante exemplo como fonte de inovações institucionais.

A questão do parlamento é uma das questões essenciais a serem equacionadas para uma renovação da esquerda. Antes de mais nada, há que se retomar a radicalidade da crítica à instituição não apenas do parlamento, mas da representação, em todas as suas formas. Isso porque toda vez que uma pessoa é encarregada de representar um grupo, existe a possibilidade de que essa representação extrapole o mandato coletivo e imponha os interesses do representante aos representados. À medida em que as sociedades se tornaram mais complexas, mais povoadas e territorialmente maiores, a representação de interesses se torna uma necessidade, não algo desejável.

Formas de atuação diretas e locais devem ser mantidas sempre que possível nas democracias contemporâneas. O legislativo deve ser mantido, mas submetido a transformações profundas⁶. A primeira delas é a eliminação do equivalente ao Senado, excrescência nobiliárquica, afuncional. Em seguida deve-se elaborar um rigoroso protocolo para que os deputado(a)s tenham como uma de suas obrigações a consulta constante, por parte de seus eleitores, de suas ações e iniciativas parlamentares, sob o rigor da pena da cassação. Também são necessárias medidas efetivas para que o poder financeiro/monetário não interfira nos processos eleitorais, alterando seus resultados de forma exógena. Tudo isso supõe uma elevada consciência política e de ação coletiva por parte de cidadãos e eleitores que devem se tornar zelosos acerca dos mecanismos de funcionamento da democracia, especialmente das tentativas de interferência por parte dos interesses econômicos dominantes.

Todas essas não são necessidades novas, mas se acumulam desde o final do século XIX, o que contribui para o visível esclerosamento da instituição parlamentar. Nova é a necessidade de, diante do tipo de golpe parlamentar-mediático-jurídico que surgiu na América Latina a partir do início do século XXI contra os governos que elegeram presidentes de esquerda (SANTOS 2017, p. 11-65), estabelecer limites claros para a possibilidade de impeachment, bem como uma relação mais transparente com o Judiciário.

A médio e longo prazo há que se estimular a formação de outras instâncias representativas, seja a partir das funções econômicas assumidas por cada um, seja por outras instâncias que se tornarem importantes para a vida política. A meta é sempre o

⁶ Também o poder Judiciário precisa ser transformado, e radicalmente. A estrutura tripartite dos Estados liberais atuais precisa de uma renovação radical, mas não temos espaço para tratar disso aqui.

aumento das instâncias de representação e de atuação direta, bem como o crescimento da consciência da importância da participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Perry. (1976). *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento.

ANDERSON, Perry. (1996). “As afinidades de Norberto Bobbio”. In: Perry Anderson. Zona de compromisso. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. p. 9-66.

BANCO MUNDIAL. (2022). The World Bank Group in China: facts and figures (1980-2022). <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/e31d8b600e41234dc518c1ab68e6b8e2-0070012022/original/F-Fs-en.pdf>. Acesso em 11/05/2023.

BOBBIO, Norberto. (1979). “Existe uma doutrina marxista do Estado? In: Norberto Bobbio. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal.

CARR, Eric. (1979). *A revolução Russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar.

CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz & Terra.

CROOK, Malcom. (2015). Universal Suffrage as Counter-Revolution? Electoral Mobilisation under the Second Republic in France, 1848–1851. *Journal of Historical Sociology* Vol. 28 No. 1 March. p. 49-66. Disponível em DOI: 10.1111/johs.12035. Acesso 12/02/2023.

DAHL, Robert. (1985). *A preface to economic democracy*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

DREYFUS, Michel. (2022). *Crise de la gauche - Cancel Culture, décolonialisme et universalisme*. Paris: Herman.

ENGELS, Friedrich. 2012 (1895]. Prefácio. In: Karl Marx. *As lutas de Classes na França*. São Paulo: Boitempo.

FARR, James. (1984). Marx and positivism. In: Terence Ball; James Farr (Eds.). *After Marx*. Cambridge University Press.

FONTAINE, Lawrence. (2014). *Le marché – histoire et usages d'une conquête sociale*. Paris, Gallimard.

GOTT, Richard. (2005). *Hugo Chávez and the Bolivarian Revolution*. New York/London: Verso..

GRAEBER, David. (2015). *Um projeto de democracia – uma história, uma crise, um movimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra.

HABERMAS, Jürgen. (1997). *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, volume I e II.

HABERMAS, Jürgen. (2016). *A teoria da razão comunicativa – Vol. 1: Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes.

- HABERMAS, Jürgen. (2023). *A teoria da razão comunicativa – Vol. 2: Sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes.
- HOBBSBAWN, Eric. (1988). *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- HOBBSBAWN, Eric. (2005). *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- HOBBSBAWN, Eric. (2015). *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. (2021). *China – o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- KISSINGER, Henry. (2011). *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LÊNIN, Vladimir. (1977a). “I Congresso da Internacional Comunista: Teses e Relatório Sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado”. *Obras Escolhidas*, Vol. 3, pp. 76-88). Lisboa: Progresso.
- LÊNIN, Vladimir. (1977b) “Sobre o imposto em espécie: o significado da Nova Política e as suas condições”. *Obras Escolhidas*, Vol. 3. Lisboa: Progresso. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/04/21.htm>. Acesso em 17/02/2023.
- MACPHERSON (1977). *The Life and Times of Liberal Democracy*. New York: Oxford University Press.
- MARX, Karl. (2011 [1851]). *O XVIII Brumário*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. (2012 [1875]). *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. (1985). *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- MARX, Karl. (1998 [1867]). *O Capital, Livro I - o processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARX, Karl. (1999 [1885]). *O Capital, Livro II - o processo de circulação do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARX, Karl. (2017 [1894]). *O Capital, Livro III - o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. (1980 [1905]). *Teorias da mais valia – história crítica do pensamento econômico Livro 4 de O Capital – Vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARX, Karl. (1983 [1905]). *Teorias da mais valia – história crítica do pensamento econômico Livro 4 de O Capital – Vol. 2*. Rio de Janeiro: DIFEL,
- MEISNER, Maurice. (1999). *Mao's China and After: A History of the People's Republic*. New York: Free Press.
- MIGUEL, Luís Felipe. (2005). Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. *BIB*. São Paulo, n° 59, 1º semestre, p. 5-42.
- NOVE, Alec. (1992). *An Economic History of the USSR, 1917-1991*. London: Penguin.
- PRZEWORSKI, A. (2009). Conquered or Granted? A History of Suffrage Extensions. *British Journal of Political Science*, 39(2), 291-321. Disponível em doi:10.1017/S0007123408000434. Acesso em 03/04/2023.
- PIKETTY Thomas. (2014). *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

PIKETTY, Thomas; YANG, Li; ZUCMAN, Gabriel. (2017). Capital accumulation, private property and rising inequality in China. NBER Working Paper no. 23368. Massachusetts. Disponível em <https://www.nber.org/papers/w23368>. Acesso em 16/04/2023.

RAWLS, John. (1971). *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press.

ROSANVALLON, Pierre. (1985). *Le Moment Guizot*. Paris, Gallimard.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2017). *A democracia impedida – o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

SEN, Amartya. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, Amartya. (1987). *Commodities and Capabilities*. New Delhi: Oxford University Press.

THERBORN, Göran. (2022). The world and the left. *New Left Review*, London, 137 Sept Oct. p.23-73. Disponível em <https://newleftreview.org/issues/ii137/articles/goran-therborn-the-world-and-the-left>. Acesso em 20/04/2023.

WEBER, Max. (1982). “Classe, estamento e partido”. In: Hans Gerth; Wright Mills (Orgs.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC. Pp. 211-228.

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. Atualmente é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)